

Diário da alma: as desigualdades vistas pelos olhos de Carolina de Jesus

Diary of the soul: inequalities seen through the eyes of Carolina de Jesus

Pollyanna de Souza Carvalho* 

RESUMO

O objetivo deste ensaio é correlacionar os olhares de Carolina de Jesus, em sua obra *Quarto de despejo: diário de uma favelada*, com a desigualdade vivenciada, na atualidade, pelos segmentos sociais mais violados em seus direitos a partir de revisão teórico-bibliográfica e análise do conteúdo da referida obra, dando ênfase a alguns eixos temáticos como desigualdade social, racismo e violência de gênero. A condição pela qual os brasileiros passam atualmente é a da fome, pobreza, dificuldades de acesso aos serviços públicos, entre outras expressões da questão social. Tal cenário foi agravado pela pandemia de Covid-19, quando foram evidenciadas ainda mais a injustiça social e a ofensiva conservadora e neoliberal contra trabalhadores e trabalhadoras. A crise sanitária associou-se à crise do capital em curso, aprofundando suas repercussões no mundo do trabalho e nas relações sociais. A obra *Quarto de despejo: diário de uma favelada* mostra a formação de uma consciência crítica sobre realidade, a partir do olhar de uma trabalhadora, que vivenciou as iniquidades sociais na sua condição de mãe, negra, empobrecida e favelada, para romper a aparência e alcançar a essência dos fenômenos. Essa consciência crítica é fundamental para combater as narrativas adversas à democracia que surgem para destruir e deslegitimar os direitos sociais como conquistas da classe trabalhadora.

Palavras-chave: Carolina de Jesus; desigualdades; direitos sociais; Brasil.

ABSTRACT

The objective of this essay is to correlate the views of Carolina de Jesus, in her work “Quarto de despejo: diário de uma favelada”, with the inequality currently experienced by the social segments that most violate their rights based on a theoretical-bibliographic review. and analysis of the content of said work, emphasizing some thematic axes such as social inequality, racism and gender violence. The condition that Brazilians are currently experiencing is hunger, poverty, difficulties in accessing public services, among other expressions of social issues. This scenario was worsened by the Covid-19 pandemic, when social injustice and the conservative and neoliberal offensive against workers were further highlighted. The health crisis was associated with the ongoing capital crisis, deepening its repercussions on the world of work and social relations. The work “Dump room: diary of a favela” shows the formation of a critical consciousness about reality, from the perspective of a worker, who experienced social inequities in her condition as a mother, black, impoverished and living in a favela, to break the appearance and reach the essence of phenomena. This critical awareness is fundamental to combat narratives adverse to democracy that emerge to destroy and delegitimize social rights as achievements of the working class.

Keywords: Carolina de Jesus; inequalities; social rights; Brazil.

TEMA LIVRE

<https://doi.org/10.12957/rep.2025.89050>

*Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF), Campos dos Goytacazes, RJ – Brasil. E-mail: pollyannacecf@gmail.com.

Como citar: CARVALHO, P. D. Diário da alma: as desigualdades vistas pelos olhos de Carolina de Jesus. *Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea*, Rio de Janeiro, v. 23, n. 58, pp. 189-203, jan./abr., 2025. Disponível em: <https://doi.org/10.12957/rep.2025.89050>.

Recebido em 04 de janeiro de 2023.

Aprovado para publicação em 11 de dezembro de 2022.

Responsável pela aprovação final: Monica de Jesus César.



© 2025 A Revista Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.

Introdução

A obra *Quarto de despejo: Diário de uma favelada* é um legado histórico e crítico da saudosa escritora Carolina Maria de Jesus para a nossa sociedade atual. Desde seu lançamento em 1960, ela representa um conjunto de expressões da “questão social” no Brasil, entendida como um fenômeno tributário das formas assumidas pelo trabalho e pelo Estado na sociedade burguesa e, portanto, “indissociável do processo de acumulação e dos efeitos que produz sobre o conjunto das classes trabalhadoras, o que se encontra na base da exigência de políticas sociais públicas [...]” (Iamamoto, 2001, p. 11).

A obra de Carolina de Jesus mostra um cotidiano de favela permeado de violências urbanas e institucionais, sob a outorga do Estado, um ente que deveria proteger ao invés de permitir o extermínio dos povos. Deste modo, debateremos os olhares de Carolina de Jesus para a desigualdade vivenciada pelos segmentos sociais mais discriminados e violados em seus direitos humanos: os negros, periféricos, favelados, idosos, doentes, empobrecidos, precarizados, desempregados, enfim, trabalhadores que, despossuídos de seus meios de produção, se tornaram mais explorados e subalternizados no modo de acumulação do capital, no contexto atual.

Como muitos trabalhadores, Carolina de Jesus era empregada doméstica, mãe e arrimo de família, catadora, lavadora de roupa, poetisa, semianalfabeta, empobrecida, negra, periférica etc. Características de muitas Carolinas ao redor do “território usado”, aquele como refletem Santos e Silveira (2013), em que se processam práticas e movimentos, novas racionalidades e atores. Assim, ninguém melhor do que a própria Carolina, que viveu a maior parte de sua vida na favela de Canindé/SP, para descortinar o universo de precarização experienciado pelos trabalhadores brasileiros, nos tempos correntes.

Carolina começou a escrever seu primeiro diário publicado aos 41 anos de idade, em 1955, e sua obra *Quarto de despejo: Diário de uma favelada* de 1960 é muito relevante para a análise da situação vivida pelos brasileiros na atualidade, sobretudo com o aumento da desigualdade social verificada no contexto da pandemia de Covid-19. Essa pandemia foi o trampolim para o lançamento de narrativas aos brasileiros de que era necessário salvar a economia, do que as suas próprias vidas. Sucatearam-se hospitais, postos de saúde e a saúde de profissionais da linha de frente. Os pacientes, sobretudo com o vírus, dependentes do Sistema Único de Saúde (SUS), passam por uma hecatombe, representando um projeto político de extermínio, ou nas palavras de Gomes (2020): “a morte como projeto”, pois “o índice de Gini, que mede a desigualdade, que já havia aumentado de 0,6003 para 0,6279 entre os quartos trimestres de 2014 e 2019, saltou na pandemia atingindo 0,640 no segundo trimestre de 2021, ficando acima de toda série histórica pré pandemia” (Brasil, 2021, n.p.).

Como o mundo pensado por Carolina de Jesus, o país vem vivendo uma erosão de sua democracia e asfixia do espaço cívico e público (Chade, 2020), onde os empobrecidos pagam pelos autoritarismos políticos. Chade (2020) relembra que essa realidade está sendo desenhada pela violência, pressão e morte. O país se retraiu mediante leis, processos judiciais, ataques à imprensa, corte de orçamentos e até mesmo pela violência armada. Na própria pandemia, vimos claramente o genocídio das populações, junto a pedidos de investigação de crimes no país. Outro ponto importante que obstaculiza à democratização e acesso aos serviços, é a pilhagem dos conselhos e da esfera pública e a pouca participação dos trabalhadores nas decisões políticas, as quais interferem em suas vidas. Dada à situação, proferia Carolina de Jesus que “[...] o Brasil precisa ser dirigido por uma pessoa que já passou fome. A fome também é professora” (Jesus, s.d., s.p.).

O objetivo deste ensaio é correlacionar os olhares de Carolina de Jesus, em sua obra *Quarto de despejo: diário de uma favelada*, com a desigualdade vivenciada, na atualidade, pelos segmentos sociais mais violados em seus direitos. A partir de revisão teórico-bibliográfica e da análise do conteúdo da referida obra, a ênfase é dada aos eixos temáticos desigualdades sociais, racismo e violência de gênero, divididos nos dois tópicos que estruturam o desenvolvimento do conteúdo do artigo.

O retrato das desigualdades sociais no olhar poético de Carolina de Jesus

A atuação do Estado e as leis são importantes para a efetividade dos direitos e serviços para a população, principalmente das parcelas majoritariamente empobrecidas. O Estado não se ausenta das decisões econômicas, sociais e políticas. Ele se encontra ativo em seu papel de regulador da pobreza, das desigualdades e dos interesses no campo econômico., principalmente em tempos de crise do capital.

Segundo Harvey (2005, p. 27):

A ideia de que, na era da globalização, o Estado-Nação está encolhendo ou desaparecendo como centro de autoridade é uma tolice. De fato, desvia-se a atenção do fato de que o Estado-Nação está agora mais dedicado do que nunca a criar um adequado ambiente de negócios para os investimentos, o que significa, precisamente, controlar e reprimir os movimentos trabalhistas em todos os tipos de meios propositadamente novos: cortar os benefícios sociais, regular os fluxos migratórios e assim por diante. O Estado está muitíssimo ativo no domínio das relações entre capital e trabalho.

Logo, o que vemos não é a ausência do poder estatal, mas a prevalência do mundo das finanças, pois segundo Harvey (2005, p. 28), “o aspecto realmente novo do capita-

lismo que emergiu [...] da década de 1970 não é tanto a flexibilidade total dos mercados de trabalho, mas a inaudita autonomia do capital financeiro dos circuitos da produção material; uma hipertrofia das finanças [...].”

A crise capitalista afetou profundamente o mundo do trabalho e as relações sociais, aprofundando o desemprego e a precarização do trabalho, e fazendo avançar o neoliberalismo, com as privatizações e a mercantilização dos serviços sociais, desmontando as políticas públicas e os espaços públicos de constituição e garantia dos direitos. Certamente, a parcela da população que mais sofreu com as mudanças no padrão de acumulação do capital foi a trabalhadora, sobretudo a empobrecida, desempregada, subempregada e precarizada. Se nem os empregos informais estão fáceis de conseguir, quicá os empregos formais de carteira assinada. Durante a pandemia de Covid-19 a situação dos trabalhadores e trabalhadoras ficou ainda pior:

O Ministério do Trabalho e Previdência informou nesta terça-feira (30) que o Brasil gerou 253.083 empregos com carteira assinada em outubro deste ano. Os dados constam do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged). Ao todo, segundo o ministério, o país registrou em outubro 1.760.739 contratações e 1.507.656 demissões. O resultado representa piora na comparação com outubro do ano passado, quando foram abertas 366.295 vagas formais. Esse também é o pior resultado mensal desde abril, quando foram criados 82.188 empregos com carteira assinada (Martello; Racanicci, 2021).

Neste liame, como garantir a produção e reprodução social dos brasileiros nesse cenário de desproteção à vida? Segundo Carolina de Jesus, (s.d., p. 114) “[...] o povo não sabe revoltar-se. Deviam ir no Palacio do Ibirapuera e na Assembleia e dar uma surra nestes políticos alinhavados que não sabem administrar o país”. Para ela,

Quando um político diz nos seus discursos que está ao lado do povo, que visa incluir-se na política para melhorar as nossas condições de vida pedindo o nosso voto prometendo congelar os preços, já está ciente que abordando este grave problema ele vence nas urnas. Depois divorcia-se do povo. Olha o povo com os olhos semi-cerrados. Com um orgulho que fere a nossa sensibilidade (Jesus, s.d., p. 34).

De fato, é um engano achar que a realidade denunciada na obra *Quarto de despejo: Diário de uma favelada* (1960) de Carolina de Jesus, seria distante do que vivemos hoje. Tal realidade desponta informações sobre o consumo exagerado na sociedade, tendo, conseqüentemente, o descarte das mercadorias. Este descarte é despejado em diversos territórios e aproveitados por pessoas desnutridas, famintas e na extrema pobreza.

Sendo desqualificadas como cidadãos, portadores de direitos, esses seres humanos utilizam para o consumo o lixo, altamente nocivo à saúde¹.

A própria vida diária de Carolina de Jesus era destinada à coleta de materiais e ao aproveitamento de alimentos jogados no lixo, deixando a poetisa insegura ao ingerir por medo de doenças e morte. “Chegou um caminhão aqui na favela. [...] É linguiça enlatada. Penso: É assim que fazem esses comerciantes insaciáveis. Ficam esperando os preços subir na ganancia de ganhar mais. E quando apodrece jogam fora para os corvos e os infelizes favelados” (Jesus, s.d., p. 29).

Cabe lembrar aqui um caso que marcou o final do ano de 2021, quando um adolescente maranhense encontra uma pequena árvore de Natal no lixo. A imagem veiculada na mídia brasileira, denunciou o inadequado manuseio e consumo de lixo, por animais, crianças e adultos, estes dois últimos sem proteção de equipamentos individuais e da própria legislação. A imagem revelou o descaso em relação aos direitos fundamentais, principalmente daqueles em fase de crescimento e desenvolvimento humano, como as crianças e adolescentes. Como Carolina de Jesus, esse adolescente representa a marca da pobreza e desigualdade de um país com alta concentração de renda. Descartes são lançados frequentemente nos lugares negligenciados pelo poder público, especialmente nas áreas rurais, urbanas (distantes do centro) e nas favelas. Esta última “[...] é o quarto de despejo de uma cidade. Nós, os pobres, somos os trastes velhos” (Jesus, s.d., p. 171).

A sociedade atual representa um mundo em que a efemeridade e perenidade da vida é mais importante do que assegurar políticas, programas e serviços à classe trabalhadora. Tonet (2009) reitera que as mercadorias giram rapidamente para gerar o lucro dos capitalistas. O descarte faz parte desse processo quando se gera mais consumo, uma vez que as mercadorias estão sem qualidade e durabilidade. Desta forma, o essencial é invisível aos olhos, pois não se altera a estrutura, mas ratifica-se a descartabilidade e o modismo do cotidiano.

As consequências disso são percebidas no aumento da pobreza e na fome que muitos brasileiros estão passando. No final de 2021, circulava-se na mídia que famílias desempregadas e empobrecidas estavam em filas de açougue em busca de ossos de animais e em filas de doações de alimentos.

Dezenove milhões de brasileiros acordam atualmente sem saber se vão conseguir alguma refeição para o dia. Dois anos atrás, eram 10 milhões [...].

1 Sobre esta temática, o Documentário *Ilha das flores* (1989), do Diretor Jorge Furtado, mostra a realidade de um aterro de Porto Alegre, onde o material orgânico considerado adequado é selecionado como alimento para suínos de um dono de um terreno no local. O resto, que é considerado inadequado para os porcos, é dado a mulheres e crianças pobres para comer. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=h30BO_6kFNM. Acesso em: 03 jan. 2025.

Em Cuiabá, uma cena chama atenção: a distribuição de pedaços de ossos com retalhos de carne tem formado filas. O açougue, que distribui os ossos há dez anos, diz que isso acontecia antes apenas uma vez por semana e, agora, são três. A crise provocada pela pandemia só fez a fila crescer. [...] A auxiliar de serviços gerais Cátia Barbosa Gomes, que está desempregada e conta apenas com R\$ 260 do Bolsa Família para alimentar os três filhos, é uma delas. (Fantástico, 2021).

Esses retratos da desigualdade, da pobreza e da fome eram denunciados pela Carolina de Jesus, sobretudo a necessidade de conseguir ossos, por causa do encarecimento dos alimentos. “Amanheceu chovendo. E eu tenho só 4 cruzeiros, e um pouco de comida que sobrou de ontem e uns ossos. Fui buscar agua para por os ossos ferver” (Jesus, s.d., p. 39). Observamos com isso, junto à reportagem da Globo (2021), como a acumulação do capital aumenta o pauperismo dos trabalhadores e as desigualdades sociais (Marx, 1996).

Uma das sensações mais intensas para os empobrecidos é a dor sentida quando seus estômagos reclamam da falta de comida, causando-lhes tontura e sensação de desmaio. Em duas passagens, a poetisa Carolina de Jesus (s.d.) elucida que: a) “[...] A tontura do álcool nos impele a cantar. Mas a da fome nos faz tremer. Percebi que é horrível ter só ar dentro do estomago [...]. Eu que antes de comer via o céu, as arvores, as aves tudo amarelo, depois que comi, tudo normalizou-se aos meus olhos” (p. 39-40), b) “[...] Contemplei a paisagem. Vi as flores roxas. A cor da agrura que está nos corações dos brasileiros famintos” (p. 123). Um mundo de cor amarela e roxa é dolorido somente para aqueles que sentem, e os que se sensibilizam e lutam contra o sofrimento alheio.

As dores e traumas são acompanhados pelo “[...] empobrecimento da população brasileira com aumento da desigualdade de renda; precarização do trabalho e crescente vulnerabilidade do trabalhador; e, ainda, profunda crise habitacional” (Lago, 2000, p. 15). Sem poder aquisitivo, endividamento e empréstimos contraídos, os brasileiros não têm encontrado alternativas viáveis para o enfrentamento de suas necessidades sociais, nem de tratamento de saúde, uma vez que o SUS se encontra sucateado e os planos de saúde são adquiridos como mercadorias por quem tem poder aquisitivo mais elevado.

Narrativas marcantes de Carolina de Jesus (s.d. - *grifos nossos*), denotam a fraqueza da alma e do corpo, além do quadro de doenças (vermes, parasitas, contaminação) que acometem os periféricos, contraditoriamente, em tempos de abundância e riqueza: “[...] Saí indisposta, com vontade de deitar. Mas, o pobre não repousa” (p. 10); “[...] Os meninos estão *nervosos* por não ter o que comer” (p. 25); “Eu ontem comi aquele macarrão do lixo com receio de *morrer* [...]” (p. 35); “[...] De manhã eu estou sempre *nervosa*. Com medo de não arranjar dinheiro para comprar o que comer” (p. 44).

O sofrimento mental também está se alastrando na sociedade, destacando-se o suicídio, conceituado por Durkheim (2000, p. 13-14), como “[...] todo caso de morte que

resulta direta ou indiretamente de um ato, positivo ou negativo, realizado pela própria vítima e que ela sabia que produziria esse resultado. ” Para o autor, o suicídio está relacionado com a existência de uma pressão da coletividade e dos fatos sociais. Sendo assim, para cada grupo social existe uma tendência específica ao suicídio que não é possível ser explicada seja pela constituição orgânico-psíquica dos indivíduos, seja pela natureza do meio físico. “Disso resulta, por eliminação, que ela deve depender necessariamente de causas sociais e constituir por si mesma um fenômeno coletivo [...]” (Durkheim, 2000, p. 165).

Essa pressão foi vivenciada pela população durante a pandemia de Covid-19 , em que houve casos e tentativas de suicídio, demonstrando que longe de ser apenas uma “gripezinha”, como pronunciado pelo Presidente da República, a Covid-19 englobava um conjunto de fatores epidemiológicos, econômicos, políticos, sociais etc. “Uma pesquisa desenvolvida e publicada pelo Pine Rest Christian Mental Health Services, um hospital psiquiátrico e de saúde comportamental, situado em Michigan (EUA), demonstrou que o número de suicídios ampliou em 32% no decorrer do contexto pandêmico” (UOL/Exitoína, 2020 *apud* Carvalho, 2020).

Em uma pesquisa preliminar intitulada *Setembro amarelo e saúde mental: uma reflexão de proteção à vida na pandemia*, Carvalho (2020) resgatou depoimentos de especialistas da área da saúde, os quais sublinham que o coronavírus associou-se a outros sentimentos e sensações nos indivíduos. Foi ressaltada também a precariedade do acesso à rede de saúde. Segundo a psicóloga Ana Gabriela Andriani, a “insegurança e o sentimento de vulnerabilidade vividos por conta da pandemia somados à instabilidade econômica aumentou o número de casos de depressão no mundo [...]” (UOL, 2020 *apud* Carvalho, 2020). Além disso, o psiquiatra e diretor médico do Hospital Universitário Onofre Lopes (HUOL), Emerson Arcoverde, ressaltou que “[...] não só pelo estresse que isso está causando na população, pelo adoecimento não só físico como emocional, mas também pela diminuição do acesso à saúde” (Lobo, 2020 *apud* Carvalho, 2020).

Neste contexto, o estudo de Carolina de Jesus (s.d.) desponta esse fato recorrentemente nos anos 60: a) “Levantei nervosa. Com vontade de morrer. Já que os pobres estão mal colocados, para que viver?” (p. 29); b) “... Fui comprar carne, pão e sabão. Parei na banca de jornaes. Li que uma senhora e três filho havia suicidado por encontrar dificuldade de viver” (p. 56); c) “Hoje eu estou disposta. O que me entristece é o suicidio do senhor Tomás. Coitado. Suicidou-se porque cansou de sofrer com o custo da vida” (p. 141).

Mutatis mutandis, associados a essas demandas urbanas, surgem outras dimensões, como a infraestrutura e saneamento básico, os quais interferem na reprodução social dos sujeitos, configurando a espoliação urbana. Cunhado em 1979, o termo “espoliação urbana” reflete a condição de deterioração dos lugares periféricos e da rede de

proteção sanitária. Para Kowarick (1979) a espoliação urbana constitui um conjunto de extorsões, que exprime a “[...] inexistência ou precariedade de serviços de consumo coletivo que se apresentam como socialmente necessários em relação aos níveis de subsistência e que agudizam ainda mais a dilapidação que se realiza no âmbito das relações de trabalho” (Kowarick, 1979, p. 59).

No Brasil, recordemos que as periferias urbanas, *lôcus* da precariedade de saneamento, foram demarcadas pelos “aglomerados distantes dos centros, clandestinos ou não, carentes de infraestrutura, onde passa a residir crescente quantidade de mão-de-obra necessária para fazer girar a maquinaria econômica” (Kowarick, 1979, p. 31). Dada à condição de precariedade, os moradores ficam imersos em um universo de vulnerabilidade socioeconômica e civil, representada por violações em seus cotidianos, principalmente a sua integridade física. Isso expressa a “[...] situação de desproteção a que vastas camadas pobres encontram-se submetidas no que concerne às garantias de trabalho, saúde, saneamento, educação e outros componentes que caracterizam os direitos sociais básicos de cidadania” (Kowarick, 2009, p. 19).

Não por acaso, percebemos ainda nesses territórios que “[...] o único perfume que exala na favela é a lama podre, os excrementos e a pinga” (Jesus, s.d., p. 42). Muitos moradores empobrecidos têm descontentamento com esses lugares desprotegidos pelo Estado, pelo fato de estarem marginalizados e sem quaisquer seguranças. Carolina de Jesus detestava residir na favela do Canindé/SP, apelidando-a de diversos nomes: “Favela, sucursal do Inferno, ou o próprio Inferno” (Jesus, s.d., p. 145). Além desses termos, ela avisava que estava em um quarto de despejo, na obra do Diabo, diferente das áreas centrais de SP: “Eu classifico São Paulo assim: O Palácio, é a sala de visita. A Prefeitura é a sala de jantar e a cidade é o jardim. E a favela é o quintal onde jogam os lixos” (Jesus, s.d., p. 28).

Racismo e violência de gênero sob o olhar crítico de Carolina de Jesus

Nos lugares desvalorizados pelo Estado reside a parcela mais segregada e empobrecida da população pobre. Ainda se processa a mesma lógica de exclusão histórica de pessoas específicas, sobretudo com marcadores étnicos raciais, de gênero e de classe. Desde a pós-abolição não se tem aberto melhores oportunidades aos negros, pobres e pardos – herdeiros das opressões. Dívidas se arrolam para diminuir as desigualdades seculares a esses segmentos pela via da democratização do acesso às políticas públicas.

Tratado como um “[...] crime inafiançável e imprescritível, sujeito à pena de reclusão, nos termos da lei” (Ferreira, 2013, p. 23), o racismo se constitui uma prática intolerante e discriminatória, pois para além da cor, nega-se o ser. O racismo se espalha para

todos os espaços da vida social, especialmente com relação à moradia. Almeida (2019, n.p.) diz que “o racismo articula-se com a segregação racial, ou seja, a divisão espacial de raças em localidades específicas – bairros, guetos, bantustões, periferias etc. – e/ou à definição de estabelecimentos comerciais e serviços públicos [...]”. O racismo socioespacial é, sobretudo, estrutural.

Em resumo: o racismo é uma decorrência da própria estrutura social, ou seja, do modo ‘normal’ com que se constituem as relações políticas, econômicas, jurídicas e até familiares, não sendo uma patologia social e nem um desarranjo institucional. O racismo é estrutural. Comportamentos individuais e processos institucionais são derivados de uma sociedade cujo racismo é regra e não exceção. O racismo é parte de um processo social que ocorre ‘pelos costas dos indivíduos e lhes parece legado pela tradição’. Nesse caso, além de medidas que coíbam o racismo individual e institucionalmente, torna-se imperativo refletir sobre mudanças profundas nas relações sociais, políticas e econômicas (Almeida, 2019, n.p).

Em sua vida, Carolina de Jesus (s.d.) notava uma intensa discriminação de sua cor, inferiorizando por isso a sua escrita. Vejamos nos trechos seguintes. I) “Eu escrevia peças e apresentava aos diretores de circos. Eles respondia-me: - É pena você ser preta. [...] Se é que existe reencarnações, eu quero voltar sempre preta” (p. 58); II) “Eu estava pagando o sapateiro e conversando com um preto que estava lendo jornal. Ele estava revoltado com um guarda civil que espancou um preto e amarrou numa árvore. O guarda civil é branco” (p. 96); III) “O Brasil é predominado pelos brancos. Em muitas coisas eles precisam dos pretos e os pretos precisam deles” p. (102); IV) “E nós quando estamos no fim da vida é que sabemos como a nossa vida decorreu. A minha, até aqui, tem sido preta. Preta é a minha pele. Preto é o lugar onde eu moro” (p. 147).

Apesar do preconceito, ela resguardava sua identidade, elencando o orgulho de ser negra, desejando ser novamente. Além de afirmar a identidade negra, a consciência de Carolina de Jesus se espalhava para os acontecimentos sócio-históricos do país. “Hoje amanheceu chovendo. É um dia simpático para mim. É o dia da Abolição. Dia que comemoramos a libertação dos escravos. [...] E assim no dia 13 de maio de 1958 eu lutava contra a escravatura atual – a fome!” (Jesus, s.d., p. 27).

As práticas discriminatórias revestidas de ódio ao pobre, principalmente ao negro, são acompanhadas pelas violências que assolam o conjunto dos trabalhadores. Elas se expressam em violências urbanas, de gênero, de raça, de etnia, de sexualidade, entre outras. A experiência de Carolina de Jesus na favela, ou no “inferno”, foi de uma profunda violência doméstica. Dia após dia, havia conflitos envolvendo marido e mulher dentro dos barracos, onde a mulher era agredida, espancada e entrava em desespero. Quando a violência não era contra as mulheres, ocorria no núcleo familiar entre pai e filho, junto à

coerção física e emocional. Outro ponto é a violência de cunho sexual entre membros de uma família.

Nas memórias de Carolina de Jesus (s.d.), podemos interpretar a violência percebida como uma ação comum nas favelas, assim como o uso do álcool. Não dizemos que a violência se naturaliza, pois a própria poetisa defendeu alguns moradores, mas é um fato corriqueiro e por vezes tratada com conformismo por parte de alguns residentes.

Carolina de Jesus expõe várias problemáticas envolvendo violência intrafamiliar: I) “Tem um adolescente por nome Julião que as vezes espanca o pai. Quando bate no pai é com tanto sadismo e prazer” (p. 34); II) “A Silvia e o esposo já iniciaram o espetáculo ao ar livre. Ele está lhe espancando. E eu estou revoltada com o que as crianças presenciam. Ouvem palavras de baixo calão” (p. 10). III) “Fui carregar água. Não tinha ninguém. Só eu e a filha do T., a mulher que fica grávida e ninguém sabe quem é o pai de seus filhos. Ela diz que os seus filhos são filhos de seu pai” (p. 123). Carolina de Jesus demonstra mais uma problemática.

Falamos do J. P., que quer amasiar-se com a sua filha I. [...] Ele mostra para a filha e convida ... – Vem minha filha! Dá para o seu papaizinho! Dá... só um pouquinho. Eu já estou cansada de ouvir isto, porque infelizmente eu sou vizinha do J.P. [...] É um homem que não pode ser admitido numa casa onde tem crianças. [...] – É por isso que eu digo que a favela é o chiqueiro de São Paulo. [...] Por isso que eu digo que a favela é o Gabinete do Diabo (Jesus, s.d., p. 157).

Em todos os modos de expressão, a violência de gênero é definida como crime na Lei Maria da Penha (2006). “Art. 5º Para os efeitos desta lei, configura violência doméstica e familiar contra a mulher qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial” (Brasil, 2017, p. 10). Numa linha de continuidade entre passado e presente, vemos que a mulher, hoje, passa por várias violências, a do tipo físico, psicológico, sexual, patrimonial e moral, chegando ao feminicídio.

Art. 7º São formas de violência doméstica e familiar contra a mulher, entre outras:
I – a violência física, entendida como qualquer conduta que ofenda sua integridade ou saúde corporal;
II – a violência psicológica, entendida como qualquer conduta que lhe cause dano emocional e diminuição da autoestima ou que lhe prejudique e perturbe o pleno desenvolvimento ou que vise degradar ou controlar suas ações, comportamentos, crenças e decisões, mediante ameaça, constrangimento, humilhação, manipulação, isolamento, vigilância constante, perseguição contumaz, insulto, chantagem, ridicularização, exploração e limitação do direito de ir e vir ou qualquer outro meio que lhe cause prejuízo à saúde psicológica e à autodeterminação;

- III – a violência sexual, entendida como qualquer conduta que a constranja a presenciar, a manter ou a participar de relação sexual não desejada, mediante intimidação, ameaça, coação ou uso da força; que a induza a comercializar ou a utilizar, de qualquer modo, a sua sexualidade, que a impeça de usar qualquer método contraceptivo ou que a force ao matrimônio, à gravidez, ao aborto ou à prostituição, mediante coação, chantagem, suborno ou manipulação; ou que limite ou anule o exercício de seus direitos sexuais e reprodutivos;
- IV - a violência patrimonial, entendida como qualquer conduta que configure retenção, subtração, destruição parcial ou total de seus objetos, instrumentos de trabalho, documentos pessoais, bens, valores e direitos ou recursos econômicos, incluindo os destinados a satisfazer suas necessidades;
- V – a violência moral, entendida como qualquer conduta que configure calúnia, difamação ou injúria (Brasil, 2017, p. 11).

Para se ter uma noção da complexidade da situação, na pandemia de Covid-19, dados do Datafolha (2021) indicam que houve um incremento de casos de violência doméstica em todo o mundo, majoritariamente de mulheres. No caso brasileiro, perceberam que uma em cada quatro (24,4%) mulheres acima de 16 anos relataram ter sofrido algum tipo de violência ou agressão nos últimos 12 meses. Nesse sentido, em média, 17 milhões de mulheres sofreram violência alicerçada em gênero no último ano. Inclusive, os autores das violências são pessoas mais próximas (72,8%), com ênfase para os cônjuges/companheiros/namorados (25,4%). No tocante ao perfil racial, as mulheres pretas sofreram graus mais elevados de violência (28,3%) do que as mulheres pardas (24,6%) e as mulheres brancas (23,5%).

A violência contra a mulher também está relacionada com a monoparentalidade feminina. Mulheres empobrecidas que chefiam famílias são as mais responsabilizadas pela tarefa do cuidado. A Política Nacional de Assistência Social - PNAS (Brasil, 2005) ressalta que a matricialidade sociofamiliar prevê que a família tenha centralidade nas ações da assistência e que possam ter condições para tal. Entretanto, na atualidade, vem ocorrendo a retração do Estado no campo dos serviços e políticas sociais para a população. Isso passa a sobrecarregar demasiadamente a mulher que é arrimo de família. Dependendo da quantidade de membros no mesmo lar, o ônus recai sobre os seus ombros, desencadeando o acréscimo de demandas familiares apresentadas às instituições, especialmente no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), a fim de benefícios e programas sociais.

Nesse caso, é a mulher empobrecida, periférica, negra, desempregada, doente, com deficiência, isto é, aquelas que carregam diversos marcadores sociais legados pela formação social brasileira, que sofrem as múltiplas violências e expropriações enveredadas pelo capitalismo. Carolina de Jesus, por exemplo, pensou que não poderia se suicidar e nem pensar em outra coisa para se refugiar, tipo a bebida, para cuidar dos filhos, porque ela era o único meio de sobrevivência familiar. “Refleti: preciso ser tolerante com os meus filhos.

Eles não tem ninguém no mundo a não ser eu. Como é pungente a condição de mulher sozinha sem um homem no lar” (Jesus, s.d., p. 19).

Outros elementos agudizam a situação de vulnerabilidade das mulheres, tais como o aborto e a prostituição. Carolina de Jesus também se refere à ocorrência do aborto na favela do Canindé/SP. Pensemos, se o aborto fosse legalmente reconhecido e permitido, não apenas por meio de riscos e estupros, muitas mulheres não precisariam passar por perigos de vida, especialmente aquelas que realizam abortos clandestinos em lugares insalubres e com técnicas inadequadas. Carolina de Jesus, também se preocupa com a prostituição, principalmente, de adolescentes: “A I. e a C. estão começando a prostituir-se. Com jovens de 16 anos. É uma folia. Mais de 20 homens atrás delas. [...] Vi as moças da Fabrica de Doces, tão limpinhas. A I. e a C. podiam trabalhar. Ainda não tem 18 anos. São infelizes que iniciam a vida no lodo” (Jesus, s.d., p. 120).

Estas práticas de violência contra a mulher são enraizadas na formação social dos países colonizados. Federici (2017) relembra a subjugação das populações locais e das mulheres, no “caça às bruxas”, que mais representava uma lógica de extirpar o corpo feminino e sua resistência, por meio da estrutura de poder e guerra. Dussel (1993) também resgata que durante as colonizações, ou no “encobrimento” do Outro, ocorreram diversas violências de gênero contra as mulheres negras escravizadas e indígenas. Disso resultaram os crioulos, mestiços e bastardos, a mão de obra (barata) para o capital. Observa-se, na atualidade, a mesma reprodução da estrutura de poder e de violência, sobretudo em questões como feminicídio e exploração sexual de crianças e adolescentes. Todavia, a violência contra a mulher e o feminicídio estão aumentando exponencialmente e vem se complexificando no contexto de crise do capital.

Os fatores pensados por Carolina de Jesus, compilados nesse estudo, integram perspectivas importantes para o campo das políticas públicas. Sem uma redistribuição de renda, saúde, educação, saneamento, infraestrutura, entre outras dimensões da reprodução social, o cotidiano dos sujeitos é duramente atingido. “Boas condições de vida dependem, frequentemente, de políticas públicas urbanas – transporte, moradia, saneamento, educação, saúde, lazer, iluminação pública, coleta de lixo, segurança” (Maricato, 2013, p. 19-20). No entanto, as políticas públicas dependem da intervenção do Estado e de seus governantes e, nas palavras de Carolina de Jesus, precisamos livrar o país dos políticos açambarcadores, pois “quem governa o nosso país é quem tem dinheiro, quem não sabe o que é fome, a dor, e a aflição do pobre. Se a maioria revoltar-se, o que pode fazer a minoria? Eu estou ao lado do pobre, que é o braço. Braço desnutrido” (Jesus, s.d., p. 35).

Carolina de Jesus é um exemplo de vida de uma trabalhadora, de uma mulher negra e pobre que lutou para sobreviver diante as agruras da realidade brasileira. Sua obra expressa de um modo singular as mazelas enfrentadas pela população legatária das dívidas

históricas da formação social brasileira. Num cenário desolador, comandado por representantes conservadores e de extrema direita que defendem a acumulação capitalista a qualquer preço, a ideia a ser seguida é a da luta e enfrentamento cotidiano. Por isso, escrever sobre “[...] a miséria e a vida infausta dos favelados” (Jesus, s.d., p. 171), é um ponto de partida para a transformação das relações sociais e para a emancipação humana.

Considerações finais

O sofrimento e a precariedade das condições de vida das populações empobrecidas não terminarão sem o enfrentamento e a lutas de classes. O “Inferno” representava um lugar onde Carolina de Jesus não gostava de residir: na favela, no chiqueiro, enfim, no quarto de despejo, onde os empobrecidos são lançados, sem proteção social. O “Inferno” também não terá fim se a pobreza continuar se ampliando e adquirindo formas complexas e multifacetadas de desigualdades, iniquidades, violências e opressões.

A obra *Quarto de despejo: diário de uma favelada* mostra a necessidade de que seja lançado um olhar crítico sobre a realidade, rompendo a aparência para se alcançar a essência dos fenômenos. Isso porque narrativas adversas à democracia têm surgido para deslegitimar os direitos sociais como conquistas da classe trabalhadora. Estes direitos têm sido desmontados em prol da precarização e desproteção do trabalho, bem como da mercantilização das políticas sociais, quando estas deveriam estar sendo ampliadas para abarcar as demandas da classe trabalhadora, em seus aspectos sociais, políticos, econômicos, culturais e ambientais.

Isto porque, no capitalismo contemporâneo, a atuação do Estado vem sendo direcionada pelos ditames dos organismos multilaterais para a primazia do mercado financeiro e, com isso, as populações pobres vem sendo deixadas ao sabor da pobreza, da fome, das doenças, da violência, do descaso, do extermínio e do genocídio como ocorreu durante a pandemia de Covid-19.

Carolina de Jesus vê criticamente a realidade com os olhos de uma trabalhadora que vivenciou as múltiplas expressões da questão social, na sua condição de mãe, negra, empobrecida e favelada. A favela, apesar de sua revolta com o lugar, possibilitou-lhe escrever sua célebre obra tão reveladora, instigante e notoriamente reconhecida por sua atualidade. A consciência de classe de Carolina de Jesus foi tecida na favela. A sua experiência e seu testemunho escrito foram talhados por intermédio dessa vivência. Isso quer dizer que a consciência de classe e a dimensão política pode ser estruturada em um espaço permeado por muita precariedade. Portanto, na favela é possível ter agentes formadores de opinião que possam escrever, denunciar e pressionar para que ocorram mudanças e alterações estruturais na realidade tão complexa.

Os antagonismos entre o capital e trabalho se acirram intensamente e a exploração capitalista se intensifica cada vez mais, expropriando a classe trabalhadora. O desafio posto para trabalhadores e trabalhadoras é o de defender seus direitos e os espaços de representação política. Carolina de Jesus já dizia que a população deveria “dar uma surra” nos representantes políticos, demonstrando o descontentamento com a tragédia humana. Portanto, é preciso lutar para que a classe trabalhadora seja incluída no campo de negociação e articulação política, exercendo o controle social para assegurar os seus direitos. Se o racismo, o machismo e a desigualdade social são traços que atravessam a história do país, cabe aos “de baixo” não deixar que esses traços se tornem perenes nem tampouco negar ou perder a cidadania alcançada até o momento. E como pensa a visionária Carolina de Jesus (s.d.), “quando o homem decidir reformar a sua consciência, o mundo tomará outro roteiro”.

Contribuições: Não se aplica.

Agradecimentos: Não se aplica.

Agência financiadora: CNPq.

Aprovação por Comitê de Ética: Não se aplica.

Conflito de interesses: Não se aplica.

Referências

ALMEIDA, S. L. de. *Racismo estrutural*. São Paulo: Pólen, 2019.

BRASIL, C. I. do. FGV: mais pobres sofrem maior impacto na pandemia. *Agência Brasil*, Rio de Janeiro, 9. set. 2021.

BRASIL. [Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome]. Política Nacional de Assistência Social – PNAS/2004. *Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social - NOB/SUAS*. Brasília, 2005.

BRASIL. [Lei Maria da Penha (2006)]. *Lei Maria da Penha: Lei n. 11.340, de 7 de agosto de 2006, que dispõe sobre mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher*. 5. ed. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2017. 22p.

CARVALHO, P. de S. Setembro amarelo e saúde mental: uma reflexão de proteção à vida na pandemia. *Boletim IPPUR*, nº 35, 16 de setembro de 2020.

CHADE, J. Brasil vive erosão da democracia e asfixia do espaço cívico, revelam dados. *UOL*, 03 out. 2020.

DATAFOLHA. [Instituto de Pesquisas]. *Visível e invisível: A Vitimização de Mulheres no Brasil*. 3. ed., Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2021.

DURKHEIM, É. *O suicídio: estudo de sociologia*. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

DUSSEL, E. 1492. *O encobrimento do outro: A origem do mito da Modernidade*. Petrópolis: Vozes, 1993.

FANTÁSTICO. Fila para conseguir doação de ossos é flagrante da luta de famílias brasileiras contra a fome. *G1 - Globo*, 25 jul. 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/fantastico/noticia/2021/07/25/fila-para-conseguir-doacao-de-ossos-e-flagrante-da-luta-de-familias-brasileiras-contr-a-fome.ghtml>. Acesso em: 04 jan. 2025.

FEDERICI, S. *Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva*. São Paulo: Editora Elefante, 2017.

FERREIRA, L. A. M. *Os direitos sociais e sua regulamentação: coletânea de leis*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2013.

GOMES, V. L. C. A morte como projeto. In: LOLE, A.; STAMPA, I.; GOMES, R. L. R. (orgs.). *Para além da quarentena: reflexões sobre crise e pandemia*. Rio de Janeiro: Mórula Editora, 2020.

HARVEY, D. *A produção capitalista do espaço*. São Paulo: Annablume, 2005.

IAMAMOTO, M. V. A Questão Social no Capitalismo. *Temporalis*, Revista da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social – ABEPSS, ano 2, nº 3, (jan./jun. 2001). Brasília: ABEPSS, Graflin, p. 9-32, 2001.

ILHA das flores, Direção de Jorge Furtado. Porto Alegre: Casa de Cinema de Porto Alegre, 1989. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=h30BO_6kFNM. Acesso em: 03 jan. 2025.

JESUS, C. M. de. *Quarto de despejo: Diário de uma favelada*. Edição Popular, p. 3-173, s.d.

KOWARICK, L. *Viver em risco: sobre a vulnerabilidade socioeconômica e civil*. São Paulo: Editora 34, 2009.

KOWARICK, L. *A Espoliação urbana*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

LAGO, L. C. do. *Desigualdades e segregação na metrópole: o Rio de Janeiro em tempo de crise*. Rio de Janeiro: Revan, 2000. 240p.

MARX, K. *O Capital: crítica da economia política*. Livro I. São Paulo: Boitempo Editorial, 1996.

MARICATO, E. É a questão urbana, estúpido!. In: MARICATO, E. (et al.). *Cidades Rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARTELLO, A.; RACANICCI, J. No pior resultado mensal desde abril, Brasil gera 253 mil empregos formais em outubro, diz governo. *G1 - Globo*, Brasília, Economia, 30 nov. 2021.

SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. *O Brasil: território e sociedade no início do século XXI*. 9. ed. Rio de Janeiro: Record, 2006.

TONET, I. Expressões socioculturais da crise capitalista na atualidade. In: CFESS (Org.). *Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais*. Brasília: UNB, p. 1-18, 2009.